

**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS  
CONSOLIDADAS**

**MUNICÍPIO DE AZAMBUJA**

**EXERCÍCIO DE  
2012**

## ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	3
1.1 Introdução	4
1.2 Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação	5
1.3 Análise da Atividade Consolidada do Grupo Municipal	7
1.4 Perspetivas Futuras	13
1.5 Factos Relevantes Ocorridos Após o Encerramento do Exercício	14
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	15
2.1 Balanço Consolidado	16
2.2 Demonstração de Resultados Consolidados, por Natureza	19
2.3 Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados	20
2.4 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	21
3. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	35

# **1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO**

## 1.1 INTRODUÇÃO

O Município de Azambuja apresenta os documentos de prestação de contas consolidadas relativamente ao exercício de 2012.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do n.º 1 do art.º 46.º da Lei das Finanças Locais (LFL) aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, o qual estipula que *“as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos”*.

Os princípios, procedimentos e métodos de consolidação utilizados na preparação destes documentos, bem como os modelos a adaptar para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas constam da Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a Orientação n.º 1/2010 *“Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”*, das instruções emitidas pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) para a consolidação de contas pelos municípios referentes ao exercício de 2010 e seguintes (durante a vigência do regime transitório previsto na Portaria atrás referida) e subsidiariamente pelos normativos contabilísticos aplicáveis individualmente às entidades do Grupo Municipal – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e Sistema de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pelo Município (entidade-mãe), combinando as demonstrações financeiras de todas as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação, numa base linha a linha, de agregação de rubricas idênticas e de eliminações de operações internas, após a realização da homogeneização prévia da informação, pautando-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pelo Município.

As demonstrações financeiras consolidadas, que são um complemento e não um substituto das demonstrações financeiras individuais, têm como objetivo apresentar informação financeira relativa ao grupo público municipal como se de uma única entidade se tratasse.

## 1.2 ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O conjunto consolidável e os métodos de consolidação a adotar para cada entidade, definidos em função do controlo ou influência exercida pelo Município sobre cada uma dessas entidades, são os seguintes:

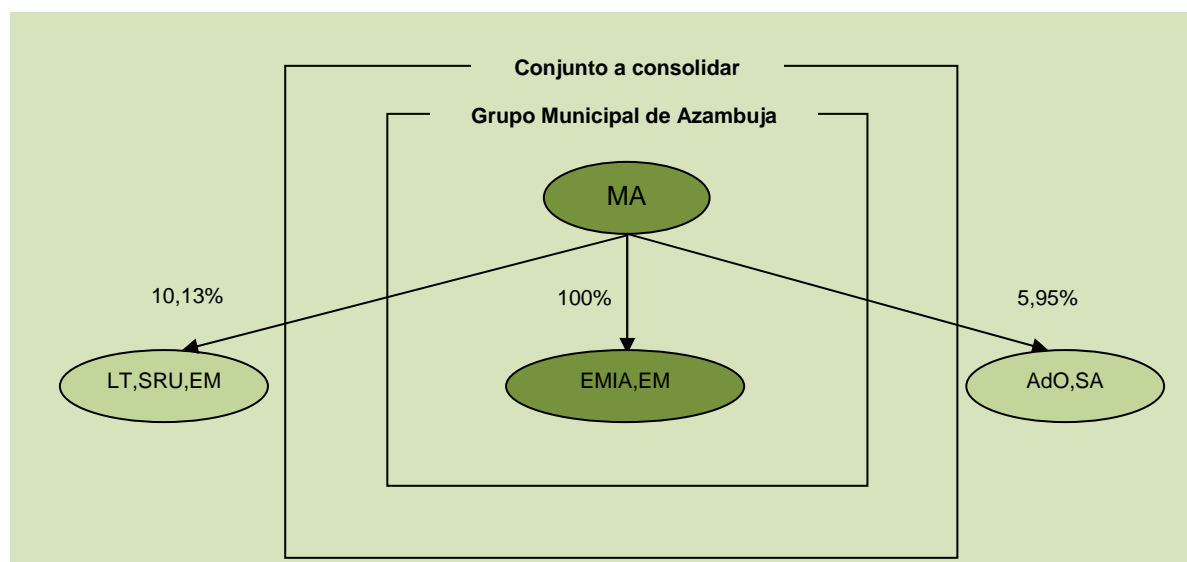
### COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO CONSOLIDÁVEL E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO A ADOTAR

Participação		% de Participação	% de Controlo	Entidade a Consolidar	Método de Consolidação
De	Em				
MA	EMIA,EM	100,00	100,00	Sim	Integral
MA	AdO,SA	5,95	5,95	Não	-
MA	LT, SRU, EM	10,13	10,13	Não	-

Em função das percentagens de controlo, as entidades incluídas no perímetro de consolidação são o Município de Azambuja (MA) e a EMIA – Empresa Municipal de Infraestruturas de Azambuja, EM (EMIA, EM), na qual o método de consolidação a utilizar é o da consolidação integral, tendo-se excluído as entidades meramente participadas, ou seja, aquelas onde o Município não exerce, nem controlo, nem influência significativa, como é o caso da Águas do Oeste, S.A. (AdO,SA) e da Lezíria do Tejo, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM (LT, SRU, EM).

Com base nos elementos anteriores, é possível estabelecer o seguinte organograma do Grupo Municipal de Azambuja:

### ORGANOGRAMA DO CONJUNTO A CONSOLIDAR E DO GRUPO MUNICIPAL DE AZAMBUJA



## **EMIA – Empresa Municipal de Infraestruturas de Azambuja, EM**

A EMIA, EM é uma empresa municipal encarregada da gestão de serviços de interesse geral e promoção do desenvolvimento local e regional nos termos definidos nos art.<sup>os</sup> 18.º e 21.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro (Regime Jurídico do Setor Empresarial Local) e tem por objeto acompanhar e executar as políticas urbanísticas definidas pela Câmara Municipal de Azambuja, promover a regeneração urbana e rural, desenvolver uma política de solos eficiente, justa e equitativa, desenvolver programas de gestão urbana avançada e de regulação do mercado imobiliário, executar processos *perequativos* de benefícios e encargos no município da Azambuja e construir, gerir, explorar e manter parques e locais de estacionamento público, promovendo a mobilidade e acessibilidade humana, o crescimento económico local e regional e o reforço da coesão económica e social local e regional.

Tendo sido constituída em setembro de 2004 e revistos os estatutos, por imperativo legal, em setembro de 2007, a EMIA, EM é detida a 100% pelo Município de Azambuja desde setembro de 2008.

Em outubro de 2004 foi celebrado com o Município de Azambuja um contrato-programa, que foi igualmente revisto em setembro de 2007.

Em novembro de 2008, foi objeto de transformação estatutária, com o alargamento do objeto social, e celebração de novo contrato-programa e de gestão que estabelece as regras de inter-relacionamento entre Município de Azambuja e EMIA, EM, posteriormente complementado com as adendas outorgadas nas seguintes datas:

- 4 de agosto de 2009;
- 2 de dezembro de 2009;
- 16 de dezembro de 2010;
- 3 de maio de 2011.

Os principais eixos de intervenção, enquadrados no contrato-programa e de gestão vigente, têm sido o da responsabilidade, delegada pelo Município, pela implementação, desenvolvimento, construção, instalação, gestão e financiamento de infraestruturas diversas e a organização e gestão das atividades de enriquecimento curricular.

Para o desenvolvimento da sua atividade conta com as transferências financeiras previstas no citado contrato-programa e de gestão que constituem, praticamente, as suas fontes de financiamento.

O Município de Azambuja transferiu para a EMIA, EM as seguintes quantias:

**TRANSFERÊNCIAS INTRAGRUPO**

TRANSFERÊNCIAS	(em €)		
	2012	2011	2010
<b>Para implementação, desenvolvimento, construção, instalação, gestão e financiamento de infraestruturas:</b>			
- Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN 2007-2013	156.343,92	1.409.609,91	1.091.892,69
- Indemnizações Compensatórias	366.883,31	0,00	158.630,29
	523.227,23	1.409.609,91	1.250.522,98
<b>Para organização e gestão das atividades de enriquecimento curricular (AEC)</b>	159.723,99	313.250,00	209.889,50
<b>TOTAL.....</b>	<b>682.951,22</b>	<b>1.722.859,91</b>	<b>1.460.412,48</b>

Do exposto no quadro acima, resulta que, em 2012, a EMIA, EM recebeu do Município de Azambuja a quantia de € 682.951,22, relativas a verbas do QREN (€ 156.343,92), Indemnizações Compensatórias (€ 366.883,31) e AEC (€ 159.723,99), ao abrigo do contrato-programa e de gestão vigente.

A EMIA, EM será extinta em 2013, como se descreve mais adiante, no ponto 1.4 deste Relatório.

### 1.3 ANÁLISE DA ATIVIDADE CONSOLIDADA DO GRUPO MUNICIPAL

O presente ponto tem por objetivo proceder a uma avaliação dos resultados alcançados pelo Grupo Municipal de Azambuja ao longo do exercício de 2012, bem como da sua situação económica e financeira no final do exercício.

#### Demonstração de Resultados Consolidados, por Natureza

Relativamente à componente económica, apresenta-se o quadro seguinte:

## SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

		(em €)				
		2012	%	2011	%	Var. %
	<b>PROVEITOS OPERACIONAIS</b>					
1	Vendas e Prestações de Serviços	1.781.750,52	13,57	1.750.814,69	13,43	1,77
2	Impostos e Taxas	4.875.590,36	37,14	4.679.517,83	35,89	4,19
3	Transferências e Subsídios Obtidos	6.470.380,53	49,29	6.607.409,65	50,68	-2,07
4	Outros Proveitos Operacionais (inc. 73 + 75 + 76)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
	<b>TOTAL DOS PROVEITOS OPERACIONAIS.....</b>	<b>13.127.721,41</b>	<b>100,00</b>	<b>13.037.742,17</b>	<b>100,00</b>	<b>0,69</b>
	<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
5	CMVMC	141.183,49	1,10	274.256,22	1,88	-48,52
6	FSE	3.395.203,52	26,50	3.892.253,58	26,64	-12,77
7	Custos com o Pessoal	5.631.054,40	43,95	6.209.415,75	42,50	-9,31
8	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	490.927,48	3,83	796.845,81	5,45	-38,39
9	Amortizações do Exercício	3.074.003,01	23,99	3.267.577,26	22,37	-5,92
10	Provisões do Exercício	72.526,39	0,57	150.916,26	1,03	-51,94
11	Outros Custos Operacionais	8.610,74	0,07	18.376,00	0,13	-53,14
	<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS.....</b>	<b>12.813.509,03</b>	<b>100,00</b>	<b>14.609.640,88</b>	<b>100,00</b>	<b>-12,29</b>
	<b>RESULTADOS</b>					
12	Resultados Operacionais	314.212,38	-	-1.571.898,71	-	119,99
13	Resultados Financeiros	-387.338,47	-	-334.026,83	-	-15,96
14	Resultados Correntes (12 +/- 13)	-73.126,09	-	-1.905.925,54	-	96,16
15	Resultados Extraordinários	205.172,81	-	226.453,01	-	-9,40
16	Resultados Antes de Impostos (14 +/- 15)	132.046,72	-	-1.679.472,53	-	107,86
17	<b>Resultado Consolidado Líquido do Exercício</b>	<b>129.874,72</b>	<b>-</b>	<b>-1.689.496,23</b>	<b>-</b>	<b>107,69</b>

Em relação aos proveitos operacionais, constata-se que as transferências obtidas representam mais de metade (49,29%) dos proveitos operacionais do Grupo, seguindo-se os impostos e taxas (37,14%). Relativamente ao ano transato, os impostos e taxas cresceram cerca de 4,19% (€ 196.072,53), ao passo que as transferências e subsídios verificaram uma redução de € 137.029,12 (-2,07%).

O Grupo suportou custos com o pessoal no total de € 5.631.054,40, os quais representam 43,95% da estrutura de custos operacionais, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos (26,50%) e as amortizações do exercício (23,99%). Os custos operacionais que já haviam verificado um decréscimo de 2010 para 2011 de € 1.300.568,81 (-8,17%), mantiveram essa tendência de redução, diminuindo € 1.796.131,85€ (-12,29%) de 2011 para 2012, em especial, ao nível dos custos com o pessoal (€ -578.361,35) e dos fornecimentos e serviços externos (€ -497.050,06). Tal facto, associado ao ligeiro crescimento dos proveitos operacionais (€ 89.979,24), contribuiu para a melhoria dos



resultados operacionais do Grupo, pela primeira vez, positivos (€ 314.212,38; 2011: € - 1.571.898,71; 2010: € -2.434.984,50).

No que respeita à formação e apuramento dos resultados, apenas os resultados financeiros e imposto sobre o rendimento contribuíram negativamente para o resultado consolidado líquido do exercício, tendo, inversamente, os resultados operacionais e extraordinários contribuído favoravelmente para o mesmo. O efeito conjugado destas componentes originou um resultado consolidado líquido do exercício positivo de € 129.874,72, representando uma evolução positiva face aos anos anteriores (2011: € -1.689.496,23; 2010: € -3.140.744,43).

### Balanço Consolidado

No que diz respeito à componente financeira, apresenta-se o seguinte quadro:

#### SÍNTESE DO BALANÇO CONSOLIDADO

		(em €)				
		2012	%	2011	%	Var. %
<b>ATIVO</b>						
1	Ativo Fixo Líquido	67.371.047,57	95,34	67.903.212,25	94,13	-0,78
2	Ativo Circulante	3.290.960,82	4,66	4.231.719,78	5,87	-22,23
2.1	Existências	32.646,50	0,05	43.288,18	0,06	-24,58
2.2	Realizável	1.322.076,42	1,87	1.802.267,92	2,50	-26,64
2.2.1	a Médio/Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2.2.2	a Curto Prazo	1.322.076,42	1,87	1.802.267,92	2,50	-26,64
2.3	Disponível	931.835,47	1,32	1.790.991,70	2,48	-47,97
2.4	Acréscimos e Diferimentos	1.004.402,43	1,42	595.171,98	0,83	68,76
	<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>	<b>70.662.008,39</b>	<b>100,00</b>	<b>72.134.932,03</b>	<b>100,00</b>	<b>-2,04</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>						
3	Património	34.332.315,13	95,02	32.701.886,60	97,44	4,99
4	Reservas	1.596.927,60	4,42	1.596.927,60	4,76	0,00
5	Resultados Transitados	73.844,77	0,20	951.806,59	2,84	-92,24
6	Resultado Consolidado Líquido do Exercício	129.874,72	0,36	-1.689.496,23	-5,03	107,69
	<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS.....</b>	<b>36.132.962,22</b>	<b>100,00</b>	<b>33.561.124,56</b>	<b>100,00</b>	<b>7,66</b>
<b>PASSIVO</b>						
7	Exigível	34.529.046,17	100,00	38.573.807,47	100,00	-10,49
7.1	Provisões	121.988,79	0,35	268.680,34	0,70	-54,60
7.2	a Médio/Longo Prazo	16.010.879,39	46,37	17.524.743,29	45,43	-8,64
7.3	a Curto Prazo	6.857.738,92	19,86	9.050.911,53	23,46	-24,23
7.4	Acréscimos e Diferimentos	11.538.439,07	33,42	11.729.472,31	30,41	-1,63
	<b>TOTAL DO PASSIVO.....</b>	<b>34.529.046,17</b>	<b>100,00</b>	<b>38.573.807,47</b>	<b>100,00</b>	<b>-10,49</b>

O ativo líquido do Grupo Municipal atingiu o valor de € 70.662.008,39, sendo composto, quase na totalidade, por ativo fixo (95,34%), proveniente maioritariamente da entidade consolidante. O ativo circulante representa apenas 4,66% do ativo total.

O passivo do Grupo totalizou € 34.529.046,17. O endividamento de médio e longo prazo representa 46,37% do passivo, seguindo-se, em termos de representatividade, os acréscimos e diferimentos (33,42%), em particular, os proveitos diferidos referentes a subsídios para investimentos, e o exigível a curto prazo (19,86%).

Ao nível dos fundos próprios, fixaram-se em € 36.132.962,22, apresentando face ao exercício precedente um crescimento de € 2.571.837,66 (7,66%). Este aumento resultou essencialmente do impacto positivo do resultado consolidado líquido obtido no exercício de 2012 (€ 129.874,72) e de regularizações não frequentes e de grande significado ocorridas nas contas individuais do Município, com destaque para a integração de bens não incluídos no balanço inicial.

### **Fluxos de Caixa Orçamentais Consolidados**

A síntese do mapa de fluxos de caixa orçamentais consolidados encontra-se apresentada na página seguinte. Nele podemos verificar que as receitas arrecadadas pelo Grupo totalizaram 13.811.993,72 (2011: € 15.825.462,65), repartidas em receitas de naturezas corrente – € 11.390.716,95 (82,47%) - e capital/outras receitas - € 2.421.276,77 (17,53%).

À semelhança do referido ao nível dos proveitos, os recebimentos do Grupo mais relevantes foram as transferências correntes e de capital obtidas (49,96%), seguindo-se os impostos diretos (29,43%).

No tocante às despesas pagas, estas atingiram o valor de € 14.511.628,58 (2011: € 17.127.402,89), tendo as despesas correntes e de capital representado 76,46% e 23,54%, respetivamente.

Os agrupamentos mais representativos relativamente ao total dos pagamentos efetuados foram os das despesas com o pessoal (38,96%) e as aquisições de bens e serviços (29,97%).

O saldo orçamental gerado em 2012 foi negativo em € 699.634,86, transitando, para a gerência seguinte, o saldo orçamental de € 556.049,30 (2011: € 1.255.684,16).

MUNICÍPIO DE AZAMBUJA

SÍNTESE DOS FLUXOS DE CAIXA ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS 2012

RECEITA	VALOR (€)	%	DESPESA	VALOR (€)	%
<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>	<b>1.255.684,16</b>		<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>	<b>556.049,30</b>	
<b>RECEITAS ORÇAMENTAIS</b>	<b>13.811.993,72</b>	<b>100,00</b>	<b>DESPESAS ORÇAMENTAIS</b>	<b>14.511.628,58</b>	<b>100,00</b>
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 Impostos Diretos	4.064.494,03	29,43	01 Despesas com Pessoal	5.654.094,34	38,96
02 Impostos Indiretos	235.939,14	1,71	02 Aquisição de Bens e Serviços	4.348.768,08	29,97
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	261.833,10	1,90	03 Juros e Outros Encargos	366.408,26	2,52
05 Rendimentos de Propriedade	893.328,14	6,47	04 Transferências Correntes	532.813,41	3,67
06 Transferências Correntes	4.841.499,77	35,05	05 Subsídios	0,00	0,00
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	941.585,83	6,82	06 Outras Despesas Correntes	193.818,95	1,34
08 Outras Receitas Correntes	152.036,94	1,10			
			<b>DESPESAS DE CORRENTES</b>	<b>11.095.903,04</b>	<b>76,46</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.390.716,95</b>	<b>82,47</b>			
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 Venda de Bens de Investimento	149.193,48	1,08	07 Aquisição de Bens de Capital	1.258.365,07	8,67
10 Transferências Correntes	2.059.142,43	14,91	08 Transferências Correntes	812.297,38	5,60
11 Ativos Financeiros	0,00	0,00	09 Ativos Financeiros	0,00	0,00
12 Passivos Financeiros	0,00	0,00	10 Passivos Financeiros	1.345.063,09	9,27
13 Outras Receitas de Capital	120.775,13	0,87	11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
			<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.415.725,54</b>	<b>23,54</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.329.111,04</b>	<b>16,86</b>			
OUTRAS RECEITAS					
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	92.165,73	0,67			
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>92.165,73</b>	<b>0,67</b>			
<b>TOTAL .....</b>	<b>15.067.677,98</b>		<b>TOTAL .....</b>	<b>15.067.677,98</b>	

## Indicadores

No quadro seguinte são apresentados os principais indicadores económico-financeiros do Grupo Municipal:

## PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL

INDICADOR		2012	2011	
1-	Liquidez Geral (%)	<u>Ativo Circulante (a)</u> Exigível a Curto Prazo	33,34	40,18
2-	Liquidez Imediata (%)	<u>Disponível</u> Exigível a Curto Prazo	13,59	19,79
3-	Autonomia Financeira (%)	<u>Fundos Próprios</u> Ativo Total (b)	51,13	46,53
4-	Endividamento (%)	<u>Exigível a C/M/L Prazo</u> Fundos Próprios e Passivo	32,36	36,84
5-	Cobertura do Passivo pelo Ativo (%)	<u>Ativo Total (b)</u> Passivo Total	204,65	187,00
6-	Relação entre Património e Ativo Total (%)	<u>Património</u> Ativo Total (b)	48,59	45,33
7-	Relação entre Ativo Fixo e Endividamento de M/L Prazo (%)	<u>Ativo Fixo (b)</u> Exigível a M/L Prazo	420,78	387,47
8-	Rentabilidade dos Fundos Próprios (%)	<u>RCLE</u> Fundos Próprios	0,36	-5,03
9-	Rentabilidade do Ativo Fixo (%)	<u>RCLE</u> Ativo Fixo (b)	0,19	-2,49
10-	Rentabilidade Global (%)	<u>RCLE</u> Ativo Total (b)	0,18	-2,34
11-	EBITDA (€)	Resultados Antes de Amortizações, Juros e Impostos	3.388.215,39	1.695.678,55
12-	Cash Flow Líquido (€)	RCLE+Amortizações+Provisões	3.276.404,12	1.728.997,29

Notas:

(a) Excluindo os acréscimos e diferimentos.

(b) Inclui bens de domínio público.

Os indicadores de liquidez evidenciam o agravamento das dificuldades de assegurar integralmente os compromissos assumidos e exigíveis no curto prazo, em particular, resultado da quebra de receita municipal verificada nos exercícios anteriores.

Os rácios de autonomia financeira e endividamento estão interligados e encontram-se dentro do quadro referencial geral para as entidades deste setor (os fundos próprios representarem cerca de metade do conjunto fundos próprios e passivo).

Os indicadores de rentabilidade, que já tinham melhorado no exercício anterior, mantiveram essa tendência, tendo sido positivos no exercício de 2012, em virtude do resultado consolidado líquido do exercício do Grupo Municipal ter sido positivo.

## 1.4 PERSPETIVAS FUTURAS

O Grupo Municipal procurará continuar a desenvolver a atividade nas suas diferentes, diversificadas e abrangentes áreas de atuação, mas estará fortemente condicionada pelo contexto social e económico-financeiro que se vive.

Manter-se-á uma forte probabilidade de quebra da receita dos impostos locais, atenuada pelas previsões de aumento da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) decorrentes do processo de avaliação geral dos prédios urbanos (ainda que condicionada pelo regime de salvaguarda para contenção do aumento da coleta), e da participação dos municípios nos impostos do Estado, por via dos fundos municipais, ou seja, estrangulamentos nas principais fontes de financiamento do Grupo – transferências e impostos/taxas.

A escassez de liquidez será atenuada pelo financiamento obtido pelo Município ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e pela continuidade das medidas de contenção de custos já postas em prática e incluídas no Plano de Ajustamento Financeiro de Azambuja, que continuarão a condicionar as iniciativas e a intervenção do Grupo Municipal.

2013 é ainda o último ano do QREN, o ano das eleições autárquicas e o ano em que se discutem e aprovam importantes alterações legislativas, designadamente, o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, assim como da delegação de competências do Estado nas autarquias locais e nas entidades intermunicipais e dos municípios nas entidades intermunicipais e nas freguesias, o regime jurídico do associativismo autárquico e o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, com alterações na configuração da intervenção municipal e, conseqüentemente, nos grupos municipais.

Ao nível da composição do Grupo Municipal de Azambuja, a EMIA, EM, face ao art.º 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais) e da informação do Fiscal Único sobre os indicadores da empresa foi objeto de deliberação de dissolução – proposta n.º 16/P/2013 - tomada em reunião da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2013 e em sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2013.

O Conselho de Administração desenvolveu todos atos de cessação de todos os contratos da EMIA, designadamente, de trabalho, de arrendamento de instalações e de aquisições de bens e serviços, com exceção dos contratos em execução referentes a financiamentos (empréstimos bancários) e a empreitadas (incluindo garantias e cauções) que transitarão para o acionista único.

A empresa será extinta, previsivelmente, em 2013, tendo sido praticamente descontinuada a partir do dia 9 de novembro de 2012 (data da cessação dos contratos de trabalho com os colaboradores da EMIA).

### **1.5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO**

Com exceção dos factos da envolvente contextual e transaccional do Grupo Municipal de Azambuja referidos no ponto anterior, não ocorreram factos relevantes após o encerramento do exercício.

## **2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

## 2.1 BALANÇO CONSOLIDADO

(em €)					
Código das Contas POCAL	ATIVO	Grupo Municipal Azambuja			
		2012			2011
		AB	AP	AL	
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	1.374.848,05	0,00	1.374.848,05	956.610,55
452	Edifícios	8.006.019,31	1.302.799,74	6.703.219,57	5.576.060,44
453	Outras construções e infraestruturas	40.791.322,53	15.390.674,20	25.400.648,33	26.581.281,95
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
459	Outros bens de domínio público	176.980,71	159.908,06	17.072,65	40.345,25
445	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	3.691,83
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		50.354.170,60	16.853.382,00	33.500.788,60	33.162.990,02
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	105.184,22	86.214,32	18.969,90	31.752,89
433	Propriedade industrial e outros direitos	4.109,60	4.040,81	68,79	137,50
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	Diferenças de consolidação				
		109.293,82	90.255,13	19.038,69	31.890,39
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	12.848.816,66	0,00	12.848.816,66	12.352.835,04
422	Edifícios e outras construções	19.144.178,18	2.690.949,04	16.453.229,14	16.283.369,74
423	Equipamento básico	2.536.317,03	1.884.057,42	652.259,61	820.352,20
424	Equipamento de transporte	1.448.980,09	1.137.562,98	311.417,11	413.623,21
425	Ferramentas e utensílios	24.408,92	14.104,55	10.304,37	12.881,02
426	Equipamento administrativo	2.528.914,39	2.184.484,10	344.430,29	527.259,90
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	758.470,41	346.613,62	411.856,79	461.517,69
442	Imobilizações em curso	991.042,31	0,00	991.042,31	2.008.629,04
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		40.281.127,99	8.257.771,71	32.023.356,28	32.880.467,84
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1.827.864,00	0,00	1.827.864,00	1.827.864,00
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		1.827.864,00	0,00	1.827.864,00	1.827.864,00
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	89.293,67	56.647,17	32.646,50	43.288,18
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		89.293,67	56.647,17	32.646,50	43.288,18



MUNICÍPIO DE AZAMBUJA

Código das Contas POCAL	ATIVO	Grupo Municipal Azambuja			
		2012			2011
		AB	AP	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	22.994,72	11.150,80	11.843,92	7.382,80
212	Contribuintes, c/c	1.013.072,12	67.422,45	945.649,67	914.913,37
213	Utentes, c/c	502.754,10	374.322,26	128.431,84	160.863,30
218	Clientes, contrib. e utentes cob. Duvidosa	1.209,94	1.209,94	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	97.032,06	0,00	97.032,06	110.474,18
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	140.018,93	900,00	139.118,93	608.634,27
		1.777.081,87	455.005,45	1.322.076,42	1.802.267,92
	Títulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	918.779,92	0,00	918.779,92	1.789.376,16
11	Caixa	13.055,55	0,00	13.055,55	1.615,54
		931.835,47	0,00	931.835,47	1.790.991,70
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	971.390,53	0,00	971.390,53	578.304,80
272	Custos diferidos	33.011,90	0,00	33.011,90	16.867,18
		1.004.402,43	0,00	1.004.402,43	595.171,98
	<b>Total das amortizações</b>		25.201.408,84		
	<b>Total das provisões</b>		511.652,62		
	<b>Total do ativo</b>	96.375.069,85	25.713.061,46	70.662.008,39	72.134.932,03

MUNICÍPIO DE AZAMBUJA

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Grupo Municipal Azambuja	
		2012	2011
	Fundos próprios		
51	Património	34.332.315,13	36.252.828,58
51	Diferenças de consolidação	0,00	0,00
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação	950.198,01	950.198,01
	Reservas		
571	Reservas legais	502.150,00	502.150,00
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	65.450,00	65.450,00
576	Doações	79.129,59	78.629,59
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos		
59	Resultado transitados	73.844,77	951.806,59
88	Resultado consolidado líquido do exercício	129.874,72	-1.689.496,23
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>36.132.962,22</b>	<b>33.561.124,56</b>
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	121.988,79	268.680,34
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
2312	Empréstimos de médio e longo prazos	15.967.699,57	17.430.994,12
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	43.179,82	93.749,17
		<b>16.010.879,39</b>	<b>17.524.743,29</b>
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2312	Empréstimos de médio e longo prazos	1.650.792,19	1.532.560,73
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas	51.762,50	1.134.744,04
221	Fornecedores, c/c	3.472.210,77	3.759.490,07
227+228+2617	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	616.718,62	1.168.072,93
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611+2614	Fornecedores de imobilizado, c/c	598.571,32	837.622,92
24	Estado e outros entes públicos	58.277,94	73.830,72
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	61.578,16	60.079,76
217+2613	Credores de operações de tesouraria	347.827,42	484.510,36
		<b>6.857.738,92</b>	<b>9.050.911,53</b>
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	692.434,90	798.091,27
274	Proveitos diferidos	10.846.004,17	10.931.381,04
		<b>11.538.439,07</b>	<b>11.729.472,31</b>
	<b>Total do passivo</b>	<b>34.529.046,17</b>	<b>38.573.807,47</b>
	<b>Total dos fundos próprios e passivo</b>	<b>70.662.008,39</b>	<b>72.134.932,03</b>

## 2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS, POR NATUREZA

		(em €)			
Código das Contas POCAL		Grupo Municipal Azambuja			
		2012		2011	
	<b>CUSTOS E PERDAS</b>				
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				
	Mercadorias				
	Matérias	141.183,49	141.183,49	274.256,22	274.256,22
62	Fornecimentos e Serviços Externos		3.395.203,52		3.892.253,58
641+642	Custos com o Pessoal				
	Remunerações	4.619.336,40		5.128.103,17	
643 a 648	Encargos Sociais	1.011.718,00	5.631.054,40	1.081.312,58	6.209.415,75
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais		490.927,48		796.845,81
66	Amortizações do Exercício		3.074.003,01		3.267.577,26
67	Provisões do Exercício		72.526,39		150.916,26
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		8.610,74		18.376,00
	(A).....		12.813.509,03		14.609.640,88
68	Custos e Perdas Financeiros		400.282,79		436.564,06
	(C).....		13.213.791,82		15.046.204,94
69	Custos e Perdas Extraordinários		1.305.802,05		1.066.169,70
	(E).....		14.519.593,87		16.112.374,64
86	Imposto sobre o Rendimento do Exercício		2.172,00		10.023,70
	(G).....		14.521.765,87		16.122.398,34
88	Resultado Consolidado Líquido do Exercício		129.874,72		-1.689.496,23
	<b>PROVEITOS E GANHOS</b>		14.651.640,59		14.432.902,11
	Vendas e Prestações de Serviços				
7111	Venda de Mercadorias	0,00		2.480,18	
7112 - 7116	Vendas de Produtos	122.012,82		89.155,95	
712	Prestações de Serviços	1.659.737,70	1.781.750,52	1.659.178,56	1.750.814,69
72	Impostos e Taxas		4.875.590,36		4.679.517,83
(a)	Variação da Produção				
75	Trabalhos para a Própria Entidade				
73	Proveitos Suplementares				
74	Transferências e Subsídios Obtidos		6.470.380,53		6.607.409,65
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais				
	(B).....		13.127.721,41		13.037.742,17
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		12.944,32		102.537,23
	(D).....		13.140.665,73		13.140.279,40
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		1.510.974,86		1.292.622,71
	(F).....		14.651.640,59		14.432.902,11
Resumo:	Resultados Operacionais: (B) - (A); .....	314.212,38		-1.571.898,71	
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A); .....	-387.338,47		-334.026,83	
	Resultados Correntes: (D) - (C); .....	-73.126,09		-1.905.925,54	
	Resultados Antes de Impostos: (F) - (E); .....	132.046,72		-1.679.472,53	
	Resultado Consolidado Líquido do Exercício: (F) - (G); .....	129.874,72		-1.689.496,23	

## 2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

		(em €)	
RECEBIMENTOS		2012	2011
<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>		<b>1.790.991,70</b>	<b>3.075.927,36</b>
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		1.255.684,16	2.557.624,40
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		535.307,54	518.302,96
<b>RECEITAS ORÇAMENTAIS</b>		<b>13.811.993,72</b>	<b>15.825.462,65</b>
01	IMPOSTOS DIRETOS	4.064.494,03	4.446.081,08
02	IMPOSTOS INDIRETOS	235.939,14	221.284,73
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	261.833,10	180.042,79
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	893.328,14	999.138,74
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.841.499,77	4.971.611,25
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	941.585,83	1.046.123,35
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	152.036,94	29.694,85
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	149.193,48	0,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.059.142,43	3.815.870,17
11	ATIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	120.775,13	105.000,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	92.165,73	10.615,69
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>		<b>11.390.716,95</b>	<b>11.893.976,79</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>2.329.111,04</b>	<b>3.920.870,17</b>
<b>TOTAL DE OUTRAS RECEITAS</b>		<b>92.165,73</b>	<b>10.615,69</b>
<b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b>		<b>929.180,85</b>	<b>1.343.359,25</b>
<b>TOTAL .....</b>		<b>16.532.166,27</b>	<b>20.244.749,26</b>
PAGAMENTOS		2012	2011
<b>DESPESAS ORÇAMENTAIS</b>		<b>14.511.628,58</b>	<b>17.127.402,89</b>
01	DESPESAS COM PESSOAL	5.654.094,34	6.474.660,30
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.348.768,08	3.099.252,51
03	JUROS E OUTRAS ENCARGOS	366.408,26	385.402,28
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	532.813,41	596.989,20
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	193.818,95	146.400,72
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.258.365,07	3.914.959,47
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	812.297,38	906.000,96
09	ATIVOS FINANCEIROS	0,00	8.596,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.345.063,09	1.595.141,45
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CORRENTES</b>		<b>11.095.903,04</b>	<b>10.702.705,01</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>3.415.725,54</b>	<b>6.424.697,88</b>
<b>OPERAÇÕES DE TESOURARIA</b>		<b>1.088.702,22</b>	<b>1.326.354,67</b>
<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>		<b>931.835,47</b>	<b>1.790.991,70</b>
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		556.049,30	1.255.684,16
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		375.786,17	535.307,54
<b>TOTAL .....</b>		<b>16.532.166,27</b>	<b>20.244.749,26</b>

## 2.4 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Introdução

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), não contém quaisquer normas respeitantes à consolidação, aplicando-se aos grupos municipais, as orientações previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho (que aprova a Orientação n.º 1/2010 - Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo) e as instruções emitidas pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) para a consolidação de contas pelos Municípios para o exercício de 2010 e seguintes (enquanto perdurar o regime transitório previsto no art.º 5.º da citada Portaria), as quais apresentam uma sugestão de um modelo de estrutura do Anexo.

Consequentemente, o modelo sugerido pelo SATAPOCAL foi adotado na elaboração do presente Anexo. Face à ausência, em ambos os normativos acima indicados, sobre a numeração das notas do modelo, indica-se que, as não apresentadas neste Anexo, ou não são aplicáveis ou o seu conteúdo é irrelevante para a análise das Demonstrações Financeiras.

Todos os valores são expressos em euros.

### Nota 1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

#### a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	PARTICIPAÇÃO		RELAÇÃO ENTRE ENTIDADES	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
		%	Valor (€)		
Município de Azambuja	Praça do Município, 19, Azambuja	-	-	Entidade-Mãe	Integral
EMIA - Empresa Municipal de Infraestruturas de Azambuja, EM	Rua Teodoro José da Silva - Edifício Atrium Azambuja, Loja 35, Azambuja	100,00	1.900.000	Entidade Controlada	Integral

**MUNICÍPIO DE AZAMBUJA**

N.º MÉDIO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO				
CARGO/CATEGORIA	MA	EMIA a)	TOTAL 2012	TOTAL 2011
Dirigente Intermédio	10	1	11	13
Técnico Superior	42	1	43	47
Assistente Técnico	87	1	88	97
Assistente Operacional	188		188	189
Informática	4		4	4
Professores		18	18	
Outros	12		12	9
<b>Total</b>	<b>343</b>	<b>21</b>	<b>364</b>	<b>394</b>

Nota:  
a) A EMIA, EM, cessou os últimos contratos de trabalho no dia 9 de novembro de 2012, tal como consta do ponto 1.4 do Relatório de Gestão Consolidado.

**b)** Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

ENTIDADE	SEDE SOCIAL	PARTICIPAÇÃO		RELAÇÃO ENTRE ENTIDADES	MÉTODO DE CONTABILIZAÇÃO
		%	Valor (€)		
Águas do Oeste, SA	Convento S. Miguel das Gaeiras, Gaeiras	5,95	1.784.885	Entidade Não Controlada	Custo de Aquisição
Lezíria do Tejo, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	Quinta das Cegonhas, Santarém	10,13	42.979	Entidade Não Controlada	Custo de Aquisição

**Nota 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:**

**a)** Na consolidação de contas foram seguidos os princípios contabilísticos e orçamentais aplicados pelo Município de Azambuja (Entidade-Mãe), nomeadamente, os previstos nos pontos 3.1 e 3.2 do POCAL, e ainda os princípios estabelecidos no ponto 2 da Orientação n.º 1/2010, nomeadamente, a relevância e materialidade, fiabilidade, neutralidade, plenitude e representação fidedigna.

No que respeita à comparabilidade (espacial e temporal), foi apresentada informação financeira consolidada respeitante ao exercício de 2011.

**b)** Não existiram situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada.

**c)** No decurso do exercício, não ocorreram alterações na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação. Em 2013, foi deliberada a dissolução da empresa EMIA, EM, como consta do ponto 1.4 do Relatório de Gestão Consolidado, que será previsivelmente extinta nesse ano.

**Nota 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:**

a) Os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação provêm do seguinte:

## a1) Eliminação dos investimentos financeiros e provisões associadas

CONTA	DESCRIÇÃO	MA+EMIA	AJUSTAMENTOS		GRUPO MUNICIPAL DE AZB
			+	-	
411	Partes de Capital	3.765.364,00		1.937.500,00	1.827.864,00
49	Provisões para investimentos financeiros	1.365.412,23		1.365.412,23	0,00
51	Património	36.232.315,13		1.900.000,00	34.332.315,13
51	Diferenças de Consolidação (*)	0,00	73.844,77	73.844,77	0,00
571	Reservas Legais	513.084,71		10.934,71	502.150,00
59	Resultados Transitados	-525.263,86	73.844,77	100.410,06	-551.829,15
68	Custos e Perdas Financeiros	1.765.695,02		1.365.412,23	400.282,79

Nota:

(\*) Reclassificada para resultados, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 14 – Concentração de atividades empresariais por remissão da NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação

## a2) Eliminação das operações recíprocas

CONTA	DESCRIÇÃO	MA+EMIA	AJUSTAMENTOS		GRUPO MUNICIPAL DE AZB
			+	-	
211	Clientes, c/c	358.483,22		346.639,30	11.843,92
268	Outros Credores	408.217,46		346.639,30	61.578,16
59	Resultados Transitados	-551.829,15	625.673,92		73.844,77
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	650.651,47		159.723,99	490.927,48
69	Custos e Perdas Extraordinários	1.462.145,97		156.343,92	1.305.802,05
74	Transferências e Subsídios Obtidos	6.630.104,52		159.723,99	6.470.380,53
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.292.992,70		782.017,84	1.510.974,86

Estas operações resultam da anulação de créditos/débitos, bem como de custos e perdas/proveitos e ganhos relativos às operações realizadas ao abrigo do Contrato-Programa e de Gestão vigente, celebrado entre o Município de Azambuja e a EMIA, EM.

b) As diferenças de consolidação correspondem às diferenças entre o valor das participações financeiras e a percentagem que representam dos capitais das entidades controladas, podendo decompor-se em diferenças de avaliação e em diferenças de aquisição.

A anulação dos investimentos financeiros referidos em a1), efetuada para efeitos de consolidação, originou uma diferença de consolidação negativa reconhecida em resultados, em consonância com o disposto na NCRF 14 por remissão da NCRF 15, no montante de € 73.844,77.

e) Não ocorreram, entre a data do balanço das entidades do Grupo e a data do balanço consolidado, acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

h) Ao nível do cálculo das amortizações do exercício, foi utilizado o método das quotas constantes, tendo o Município utilizado as taxas previstas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril e a EMIA, EM as taxas previstas nas tabelas do Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

Dada a imaterialidade face ao custo da homogeneização valorativa, não se procedeu à remensuração das amortizações da entidade controlada, utilizando-se, assim, a derrogação excecional prevista na alínea b) do ponto 4.5.2.2 das instruções emitidas pelo SATAPOCAL.

i) Na contabilização, pelo Município, das participações em entidades de natureza empresarial foi adotado o custo de aquisição, de acordo com o estabelecido no ponto 4.1.1 do POCAL, que se transcreve: “O ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. (...)”.

#### Nota 4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos:

a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazos (art.º 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial:

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	DESIGNAÇÃO	DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS			ELIMINAÇÃO DE CRÉDITOS/DÍVIDAS RECÍPROCOS	GRUPO PÚBLICO CONSOLIDADO	
		MA	EMIA	Total		2012	2011
2312	Empréstimos médio/longo prazos	8.280.167,15	7.687.532,42	15.967.699,57		15.967.699,57	17.430.994,12
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	43.179,82	0,00	43.179,82		43.179,82	93.749,17
	<i>Total . . . .</i>	8.323.346,97	7.687.532,42	16.010.879,39	0,00	16.010.879,39	17.524.743,29

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se



**MUNICÍPIO DE AZAMBUJA**

vencem nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial:

CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	DESIGNAÇÃO	DÍVIDAS A TERCEIROS QUE SE VENCEM NOS 4 ANOS SEGUINTE À DATA DO BALANÇO			ELIMINAÇÃO DE CRÉDITOS/DÍVIDAS RECÍPROCOS	GRUPO PÚBLICO CONSOLIDADO	
		MA	EMIA	Total		2012	2011
2312	Empréstimos médio e longo prazos	3.793.839,86	2.422.512,60	6.216.352,46		6.216.352,46	6.105.904,06
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	51.762,50	0,00	51.762,50		51.762,50	1.134.744,04
221	Fornecedores, c/c	3.455.907,42	16.303,35	3.472.210,77		3.472.210,77	3.759.490,07
227+228+2617	Fornecedores – Fat. recep./conf.	616.718,62	0,00	616.718,62		616.718,62	1.168.072,93
252	Credores pela execução orçamento	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
219	Adiant. clientes, contrib. e utentes	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
2611+2614	Fornecedores de imobilizado, c/c	559.174,03	82.577,11	641.751,14		641.751,14	931.372,09
24	Estado e outros entes públicos	58.206,03	71,91	58.277,94		58.277,94	73.830,72
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores	408.217,46	0,00	408.217,46	346.639,30	61.578,16	60.079,76
217+2613	Credores de operações tesouraria	311.197,72	36.629,70	347.827,42		347.827,42	484.510,36
	<i>Total . . .</i>	9.255.023,64	2.558.094,67	11.813.118,31	346.639,30	11.466.479,01	13.718.004,03

**Nota 5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:**

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (art.º 46.º, n.º 1 da LFL), desagregada por tipo:

MUNICÍPIO DE AZAMBUJA

TIPO DE FLUXOS	MA / EMIA										OBS.
	OBRIGAÇÕES / PAGAMENTOS					DIREITOS / RECEBIMENTOS					
	SALDO INICIAL	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL	SALDO INICIAL	DIREITOS CONSTITUÍDOS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES DO EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL	
Transferências	371.421,61	1.321.383,26	663.214,35	682.951,22	346.639,30						a)
Subsídios											
Empréstimos											
Relações comerciais											
Participações do capital em numerário											
Participações do capital em espécie											
Outros											
<b>Total</b>	<b>371.421,61</b>	<b>1.321.383,26</b>	<b>663.214,35</b>	<b>682.951,22</b>	<b>346.639,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

Nota:

a) As obrigações encontram-se refletidas na conta 268 do MA.

TIPO DE FLUXOS	EMIA / MA										OBS.
	OBRIGAÇÕES / PAGAMENTOS					DIREITOS / RECEBIMENTOS					
	SALDO INICIAL	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES NO EXERCÍCIO	PAGAMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL	SALDO INICIAL	DIREITOS CONSTITUÍDOS NO EXERCÍCIO	ANULAÇÕES DO EXERCÍCIO	RECEBIMENTOS DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL	
Transferências						371.421,61	1.321.383,26	663.214,35	682.951,22	346.639,30	a)
Subsídios											
Empréstimos											
Relações comerciais											
Participações do capital em numerário											
Participações do capital em espécie											
Outros											
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>371.421,61</b>	<b>1.321.383,26</b>	<b>663.214,35</b>	<b>682.951,22</b>	<b>346.639,30</b>	

Nota:

a) Os direitos encontram-se refletidos na conta 211 da EMIA, EM.

**Nota 6. Informações relativas a compromissos:**

a) O Município de Azambuja incorpora, no seu balanço consolidado, todos os compromissos financeiros, com exceção dos que constam na alínea seguinte, respeitantes a garantias prestadas pelas entidades do Grupo, cujo compromisso só será de relevar se houver acionamento da(s) respetiva(s) garantia(s).

b) Os pagamentos dos encargos de empréstimos contraídos pelas entidades do Grupo Municipal encontram-se assegurados, no caso da ocorrência de incumprimentos contratuais, pela consignação da receita de fundos municipais (no caso dos empréstimos contraídos pelo Município) e das transferências a obter ao abrigo do Contrato-Programa e de Gestão celebrado entre o Município e a EMIA (no caso dos empréstimos contraídos pela EMIA).

Encontra-se prestada garantia bancária de € 5.000, pelo Município a favor da E.P. – Estradas de Portugal, SA – Delegação Regional, destinada a garantir o integral, pontual e regular cumprimento das obrigações emergentes da licença concedida e das leis ou regulamentos aplicáveis, no âmbito da execução da *“Construção de Coletor de Águas Pluviais e Atravessamento à EN3 por Microtunelagem – Sistema de Drenagem de Águas Pluviais na Vila de Azambuja – Dupla Perfuração Horizontal Dirigida”*.

**Nota 7. Informações relativas a políticas contabilísticas:**

a) Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas tiveram por base o ponto 4 do POCAL, destacando-se:

**Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondendo este à soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

No caso da avaliação do património do Município, para efeitos de balanço inicial, a reconciliação, a avaliação e a amortização dos bens foi efetuada pelos métodos previstos no POCAL, em que, nos casos de impossibilidade de apuramento do custo histórico, foi

utilizado o valor patrimonial tributário e o valor de mercado.

No cálculo das amortizações do exercício foi utilizado o método das quotas constantes, tendo o Município utilizado as taxas previstas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril e a EMIA, EM as taxas previstas nas tabelas do Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

As participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição.

### **Existências**

As existências encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição e quando, na data do balanço, haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, o valor das existências é ajustado ao custo de reposição ou ao valor realizável líquido.

As diferenças, correspondentes aos ajustamentos, encontram-se refletidas na provisão para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

No custeio das saídas de armazém é adotado o método do custo médio ponderado.

### **Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

No caso específico das dívidas associadas à atividade do Município de Azambuja, consideram-se de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, sendo o seu montante anual acumulado, determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% - para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% - para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas a terceiros são classificadas em médio/longo prazo nos casos em que o Grupo Municipal possua um direito incondicional de diferimento da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, as dívidas são classificadas em curto prazo.

### **Especialização de exercícios**

As entidades incluídas na consolidação, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.

### **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

### **Provisões para Riscos e Encargos**

O Grupo Municipal regista nesta rubrica a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a processos judiciais em curso, indemnizações e outros.

### **Nota 8. Informações relativas a determinadas rubricas:**

a) Relativamente à conta 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”, os valores evidenciados referem-se ao Plano de Pormenor de Aveiras de Cima, à retificação de estudos de caracterização do PDM, incluindo atualização do diagnóstico da revisão e fundamentação de alterações do PDM, à Carta de Combustíveis Florestais, Carta de Risco de Incêndio Florestal e Carta de Perigosidade de Incêndio e ao levantamento e sistematização de estradas e caminhos municipais do concelho.

MUNICÍPIO DE AZAMBUJA

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões:

ATIVO BRUTO

(em €)					
RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES /ABATES	TRANSFER./ REGULARIZ.	SALDO FINAL
De bens de domínio público:					
Terrenos e recursos naturais	956.610,55	418.237,50			1.374.848,05
Edifícios	6.719.510,53	1.286.508,78			8.006.019,31
Outras construções e infraestruturas	40.868.201,54	989.965,76	1.066.844,77		40.791.322,53
Bens do patrim. histórico, artístico e cultural	5.000,00				5.000,00
Outros bens de domínio público	176.980,71				176.980,71
Imobilizações em curso	3.691,83			-3.691,83	0,00
Adiantamentos por conta bens dom. público					
	48.729.995,16	2.694.712,04	1.066.844,77	-3.691,83	50.354.170,60
De imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação					
Despesas de investig. e desenvolvimento	105.184,22				105.184,22
Propriedade industrial e outros direitos	4.109,60				4.109,60
Imobilizações em curso					
Adiantamentos por conta imob. incorpóreas					
Diferenças de consolidação					
	109.293,82	0,00	0,00	0,00	109.293,82
De imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	12.352.835,04	495.981,62			12.848.816,66
Edifícios e outras construções	18.430.411,59	1.044.283,11		-330.516,52	19.144.178,18
Equipamento básico	2.559.586,29	16.013,08	38.741,14	-541,20	2.536.317,03
Equipamento de transporte	1.449.237,18			-257,09	1.448.980,09
Ferramentas e utensílios	23.374,87	1.034,05			24.408,92
Equipamento administrativo	2.530.350,82		1.436,43		2.528.914,39
Taras e vasilhame					
Outras imobilizações corpóreas	758.011,89	458,52			758.470,41
Imobilizações em curso	2.008.629,04	1.180.437,00		-2.198.023,73	991.042,31
Adiantamentos por conta imob. corpóreas					
	40.112.436,72	2.738.207,38	40.177,57	-2.529.338,54	40.281.127,99
De investimentos financeiros:					
Partes de capital	1.827.864,00				1.827.864,00
Obrigações e títulos de participação					
Investimentos em imóveis:					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções					
Outras aplicações financeiras:					
Depósitos em instituições financeiras					
Títulos da dívida pública					
Outros títulos					
Imobilizações em curso					
Adiant. por conta de investim. financeiros					
	1.827.864,00	0,00	0,00	0,00	1.827.864,00

AMORTIZAÇÕES, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

(em €)				
RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZ.	SALDO FINAL
De imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	2.147.041,85	546.380,27	-2.473,08	2.690.949,04
Equipamento básico	1.739.234,09	177.914,12	-33.090,79	1.884.057,42
Equipamento de transporte	1.035.613,97	101.949,00	0,01	1.137.562,98
Ferramentas e utensílios	10.493,85	3.610,61	0,09	14.104,55
Equipamento administrativo	2.003.090,92	182.771,04	-1.377,86	2.184.484,10
Outras imobilizações corpóreas	296.494,20	50.130,76	-11,34	346.613,62
	7.231.968,88	1.062.755,80	-36.952,97	8.257.771,71
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de investig. e desenv.	73.431,33	12.782,97	0,02	86.214,32
Propriedade industrial e out. direitos	3.972,10	68,70	0,01	4.040,81
	77.403,43	12.851,67	0,03	90.255,13
De bens de domínio público:				
Edifícios	1.143.450,09	159.349,66	-0,01	1.302.799,74
Outras construções e infraestruturas	14.286.919,59	1.815.773,30	-712.018,69	15.390.674,20
Outros bens de domínio público	136.635,46	23.272,58	0,02	159.908,06
	15.567.005,14	1.998.395,54	-712.018,68	16.853.382,00

e) As provisões para depreciação de existências do Grupo totalizam € 56.647,17, tendo sido efetuada a redução, em 2012, de € 1.684,38, correspondentes ao valor das matérias-primas, subsidiárias e de consumo existentes em Armazém no final do ano, que não evidenciaram qualquer rotação de stock em 2012.

h) Não figuram, no balanço consolidado, dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

(em €)		
DESIGNAÇÃO	2012	2011
Rendas	879.325,89	905.323,05
Resíduos Sólidos	694.264,37	679.909,31
Refeições Escolares	102.363,69	87.658,11
Rota dos Mouchões e Serviços Desportivos	13.946,00	20.337,08
Transportes	26.292,85	29.106,99
Cemitérios	21.848,92	23.185,08
Outras	43.708,80	5.295,07
Total	1.781.750,52	1.750.814,69

m) Remunerações líquidas atribuídas aos órgãos executivos e de fiscalização das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

ENTIDADE	2012	2011
Município	135.365,32	147.870,93
EMIA, EM	47.934,84	35.237,80
Total	183.300,16	183.108,73

Com exceção do administrador executivo, que renunciou ao cargo no dia 31 de maio de 2012, todos os outros membros do órgão executivo e os membros do órgão deliberativo da entidade de natureza empresarial (EMIA, EM) não auferiram qualquer remuneração.

n) O valor inscrito na rubrica «Reservas de reavaliação» refere-se exclusivamente a ajustamento decorrente da valorização emergente da atualização do cadastro matricial, em virtude da conclusão do processo de loteamento da Isenta, não resultando, por isso, de imposição de ajustamento monetário decorrente de diplomas legais.

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

							(em €)	
CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO		
		2012	2011			2012	2011	
681	Juros suportados	318.116,44	370.677,26	781	Juros obtidos	12.944,32	61.330,73	
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas			
683	Amortizações investimentos em imóveis			783	Rendimentos de imóveis			
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participação de capital		41.206,50	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis			
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos			
688	Outros custos e perdas financeiros	82.166,35	65.886,80	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria			
	Resultados financeiros	-387.338,47	-334.026,83	788	Outros proveitos e ganhos financeiros			
		12.944,32	102.537,23			12.944,32	102.537,23	



r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

(em €)							
CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO	
		2012	2011			2012	2011
691	Transferências de capital concedidas	1.113.957,75	986.817,44	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	18,38	694,95	793	Ganhos em existências		0,16
694	Perdas em imobilizações	5.665,06	5,89	794	Ganhos em imobilizações	596.973,86	397.195,61
695	Multas e penalidades	502,50	3.249,16	795	Benefícios de penalidades contratuais	12.864,35	78.158,42
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de amortizações e de provisões	1.684,38	74.077,60
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	336.802,03	74.177,47	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	214.219,43	105.413,47
698	Outros custos e perdas extraordinárias	5.200,25	1.224,79	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	841.576,76	637.777,45
	Resultados extraordinários	205.172,81	226.453,01				
		1.667.318,78	1.292.622,71			1.667.318,78	1.292.622,71

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados incluindo os movimentos ocorridos no exercício:

(em €)					
CÓDIGO DAS CONTAS DO POCAL		SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	425.369,91	29.635,54		455.005,45
292	Provisões para riscos e encargos	268.680,34	42.890,85	189.582,40	121.988,79
39	Provisões para depreciação de existências	58.331,55		1.684,38	56.647,17
49	Provisões para investimentos financeiros				
	Total	752.381,80	72.526,39	191.266,78	633.641,41

t) Os bens utilizados em regime de locação financeira e respetivos valores contabilísticos são os abaixo apresentados:

(em €)

RUBRICAS	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	RENDAS VINCENDAS	OBS.
Imobilizações Corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	184.243,10	65.756,31	118.486,79	14.238,09	40.093,77	(a)
Equipamento de transporte	565.852,93	353.892,98	211.959,95	60.302,54	41.099,15	(a)
Ferramentas e utensílios						
Equipamento administrativo	22.689,89	16.128,05	6.561,84	5.887,07	8.221,50	(a)
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas						
	772.785,92	435.777,34	337.008,58	80.427,70	89.414,42	

Notas:

(a) As rendas vincendas correspondem ao valor estimado.

### Nota 9. Informações diversas

c) A EMIA, EM aplica o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo sido assegurada a conversão das suas contas para o POCAL.

### **3. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS**